

# Juventudes e Políticas Públicas: temporalidades e identidades percebidas a partir de uma experiência de extensão universitária para inclusão digital

Giuseppa Maria Daniel Spenillo<sup>1</sup>  
Vanessa Maria Santiago da Silva<sup>2</sup>  
Aline de Oliveira Bomfim<sup>3</sup>  
Eliane Maria Araujo da Silva<sup>4</sup>

## RESUMO

Neste artigo propomos interpretações sobre a experiência de inclusão digital de jovens rurais que vivemos como atividade extensionista no semiárido pernambucano, entre 2011 e 2013. O objetivo foi qualificar as políticas de inclusão digital com uma proposta de usos das tecnologias digitais de comunicação e informação para o exercício dos direitos de cidadania pela juventude local. Buscou-se o protagonismo dos jovens, o redimensionamento da inclusão como política pública e o estímulo à permanência criativa e produtiva dos jovens. Os resultados atenderam em parte a tais objetivos, visto que a ação extensionista universitária precisa ser melhor formulada enquanto política de inclusão social. A partir da experiência, desenvolvemos reflexão sobre relações que se constroem em grupos sociais pós-coloniais [Santos, 2010]. Analisamos, ainda, as dimensões temporal e identitária aparentes nas políticas públicas de inclusão digital e nas decorrentes configurações de poder [Elias, 2000] entre órgãos de fomento, academia e jovens de áreas rurais.

**Palavras-chave:** Juventude; Temporalidades, Identidades; Traduções; Inclusão digital.

**Youngness and Publics Politics: Temporariness and identities toward an experience on digital inclusion**

## ABSTRACT

In this article we propose interpretations about the experience of digital inclusion as extension action with youth living in rural areas, the semi-arid of Pernambuco, between 2011 and 2013. The aim was to qualify the digital inclusion policies with new proposed uses of digital communication and information technologies for the exercise of citizenship by local youth. Efforts have been made promoting the role of young people, resizing the inclusion as public policy, and stimulating creative and productive youth permanence in their local. The results answered in part to these goals, since the extension action needs to be better formulated while social inclusion policy. Based on the experience, we develop reflections on relationships that are built on post-colonial groups [Santos, 2010]. We also analyzed the temporal and the identity dimensions, apparent in digital inclusion public policies and the resulting power figurations [Elias, 2000] between funding agencies, academia and rural youth.

**Key words:** Youngness; Temporariness, Identities; Translations; Digital Inclusion.

<sup>1</sup> Professora Adjunto do Departamento de Ciências Sociais, área de Sociologia, na UFRPE. Coordenadora do GP em Comunicação, Direitos, Cidadania e Mudanças Sociais/COMUDI. Docente do Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX/UFRPE. gspenillo@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> E Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX - UFRPE. Bacharel em Ciências Sociais/UFRPE. Membro e oficinaira do COMUDI. E-mail: vanessamariasantiago@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda POSMEX - UFRPE. Bacharel em Ciências Sociais/UFRPE. Membro do COMUDI, Oficinaira e bolsista no projeto em questão. E-mail: alineob@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Mestranda POSMEX - UFRPE. Bacharel em Ciências Sociais/UFRPE. Membro do COMUDI, Oficinaira e bolsista no projeto em questão. E-mail: elianearaujo80@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

Como e por que formar jovens moradores de áreas rurais em diferentes linguagens das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC)? Essa grande questão vem nos conduzindo em nossas atividades de extensão universitária – associada à pesquisa acadêmica – e sobre ela buscamos refletir a seguir. Para tal, apresentamos e debatemos a experiência de inclusão digital de jovens rurais que vivemos como atividade extensionista no semiárido brasileiro, a partir do projeto Usos de Tecnologias da Informação e Comunicação para a Afirmação da Cidadania e do Protagonismo de Jovens Rurais no Município de Limoeiro/PE.

Com financiamento do Ministério das Comunicações, o projeto esteve vigente entre dezembro de 2011 e dezembro de 2013. Trabalhamos seguindo a sistemática de reuniões semanais e atividades coletivas e integradas de estudo, pesquisa e extensão, que desenvolvemos desde 2009, quando da criação do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Direitos, Cidadania e Mudanças Sociais/COMUDI.

Buscamos, em síntese, a inclusão social das e dos jovens, via inclusão digital, favorecendo a apropriação pelos jovens de meios de comunicação e informação, através das oficinas de Introdução à Comunicação, Jornal Mural, Blog, Animação, Fotografia, Teatro, Vídeo e Rádio. A Secretaria de Ação Social de Limoeiro viabilizou o encontro com os jovens, assim como o acesso ao sítio e os lanches durante as oficinas. As atividades ocorreram, em sua maioria, em escola desativada localizada no sítio Jucá, com jovens moradores deste e de outros sítios das redondezas, conforme retratado na Foto 01. Algumas atividades foram realizadas no prédio de uma Faculdade particular no centro da cidade de Limoeiro, por negociação da Secretaria de Educação local. Também fizemos atividades nos estúdios de uma rádio na cidade.



Foto 1: Início das oficinas na Escola Municipal Roberto Eugênio Mações em área rural de Limoeiro.  
Crédito: Aline Bomfim

A partir de tal experiência, propomos discutir os usos possíveis das TDIC, no sentido da promoção do exercício e da garantia dos direitos de cidadania, bem como do protagonismo juvenil, enquanto elemento para a permanência criativa, produtiva e integrada da jovem e do jovem brasileiro em áreas rurais. Procuramos narrar e interpretar a vivência do projeto problematizando a ação extensionista e o lugar da universidade e das políticas públicas na formação de nossa juventude rural, a partir da noção elisiana de diferenciações de poder [Elias, Scotson, 2000], que aplicamos tratando de temporalidades, identidades e invisibilidades.

Tais questões aparecem inerentes à compreensão das microrrelações que se constroem num dado conjunto cultural (no caso, o nordeste brasileiro) e refletem macrorrelações, como as pós-coloniais [Santos, 2010]. Da mesma forma, problematizamos a noção empírica de inclusão digital, que sustenta políticas públicas recentes, e o papel e a densidade da extensão universitária frente a questões como a produção e validação de conhecimentos e as dinâmicas locais de poder.

É para interpretar criticamente tal experiência que desenvolvemos as discussões que se seguem, tendo como elementos empíricos a narrativa de alguns momentos e situações vividas durante a execução do projeto, seja nas oficinas ou nos trâmites administrativos; e como elementos teóricos, conceitos e categorias socioantropológicas tratados por Norbert Elias, Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall e Manuel Castells. Recorremos, ainda, a fontes da sociedade civil organizada, como a ASA Brasil e o Comitê Gestor da Internet no Brasil/CGI.br, e a dados oficiais como os do Censo populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD.

## CONTEXTO LOCAL E CONTEXTOS DAS ATIVIDADES DE INCLUSÃO DIGITAL

Para interpretar criticamente o trabalho realizado junto a jovens dos sítios Jucá e Esperança, localizados na área rural de Limoeiro, desdobramos e analisamos elementos e situações vivenciadas na experiência, tendo como referencial teórico o conceito de configuração proposto por Norbert Elias [1970; 1994] e a noção de construção de conhecimentos conforme perspectiva das epistemologias do Sul [Santos, 2010]. Com estes autores acreditamos ampliar e alargar o exercício de interpretação da prática extensionista e do papel da Universidade em sua participação nas ações de desenvolvimento local, particularmente no trabalho com jovens.

Nesse sentido, o contexto local, ou como está configurado o grupo social em Limoeiro, com suas vizinhanças, suas delimitações urbanas e rurais, suas formas de produção e consumo, de trabalho, lazer e educação, de organização familiar e geracional, é em si e como um todo desafiante à ação de extensão, bem como também à pesquisa que precede e sucede tal ação. Da mesma forma, o lugar da mulher, da criança, do jovem, do idoso, e os conteúdos de carisma e de estigma [Elias, Scotson, 2000] que cada um desses papéis sociais adquire no grupo aparecem como dados subjetivos que nos apontam caminhos de interpretação da vida local e de qualificação do trabalho extensionista.

A partir de Elias [1994], compreendemos que todo indivíduo está enraizado num processo chamado sociedade. Nesse enraizamento cada indivíduo adquire valores, crenças, segurança e também modos de ser e de pensar – em uma palavra, *habitus* sociais que são internalizados e, em seguida, externalizados na forma de *habitus* individuais. Como falar, como vestir-se, como agir, por exemplo, numa sala de aula, são aprendizagens intuitivas, construídas nas relações do indivíduo com seu grupo (com os iguais – nós) e que lhe servirão de referência na conduta social (com o outro – ele). Para Elias [1994: 21], “A ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis.”

A idéia de uma figuração social, ou um grupo formado por indivíduos e que conforma o município de Limoeiro, indica o caminho da ação de extensão, ressaltando no olhar, na conduta, na fala, na postura do extensionista a percepção de que ele próprio é um elemento novo que se coloca numa tal figuração social e nela participa reconfigurando-a. Ao propor oficinas e outras formas de construção de conhecimento, a extensão universitária traz à tona necessidades e expectativas presentes/ausentes no grupo e nos indivíduos. Quais as condições da Universidade para lidar com a reconfiguração que provoca nos grupos locais? Quais os limites da ação no que concerne ao jogo local de integração e diferenciação? Quais os diálogos possíveis para uma troca de conhecimentos válida, justa, equilibrada, digna? Para tal, será necessário considerar e compreender as diferenças de tempos, de poderes e de contextos entre os jovens locais, a Universidade e os agentes governamentais de políticas públicas. Em que configuração chegamos quando nos propomos atuar com inclusão digital em Limoeiro?

O município de Limoeiro, criado em 1786, com área de 273,9 km<sup>2</sup>, está a 90 Km de Recife, capital pernambucana, cujo acesso é feito pela BR-408, e pela PE-090/005, como podemos visualizar no mapa a seguir. Limita-se a norte, a sul, a leste e a oeste com cidades do mesmo porte. A população, conforme Censo 2010/IBGE, é de 55.439 habitantes distribuídos em 44.560 na área urbana e 10.879 na área rural.



Figura 1 - Dados cartográficos 2014 Google

Limoeiro situa-se no semiárido pernambucano, uma região singular cuja configuração geográfica forja características socioculturais fortemente presentes nos jovens que participaram das atividades realizadas, como a identidade-espelho em relação à metrópole próxima, ou o gosto musical e as formas de lazer. Em relação a esta juventude é necessário destacar particularidades decorrentes da figuração em que se encontram enquanto moradores de áreas rurais, aparentes na relação deles com a cidade e seus habitantes. Ou seja, na configuração local de Limoeiro, aparentemente um todo para quem chega de fora, há diferenciações e desigualdades, integrações e exclusões que conformam os lugares, as temporalidades, os papéis e as expectativas de cada indivíduo no grupo. Conforme a Articulação do Semiárido Brasileiro [www.asabrazil.org.br/portal], a maior área territorial da região é coberta pela caatinga, um “bioma exclusivamente brasileiro -, rico em espécies endêmicas, ou seja, que não existem em nenhum outro lugar do mundo. (...) Apresenta grande variedade de paisagens, de espécies animal e vegetal, (...) que garantem a sobrevivência das famílias agricultoras da região”.

O clima é tropical, com vegetação de mata atlântica. Apesar de ser o semiárido mais chuvoso do planeta, sofre com déficit hídrico, devido às irregularidades das

chuvas. Esses fatores climáticos afetam as condições de vida e trabalho da população local, e conseqüentemente a formação da sua juventude. Viver num bioma exclusivo pode gerar a percepção, nos indivíduos jovens confrontados com os modelos globais veiculados pelas grandes mídias, de que são diferentes num sentido negativo: anormais, exóticos, desajustados, pobres, fracos, outsiders [conforme Elias, Scotson, 2000]. Estigmas criados pelo sistema-mundo capitalista e fortalecidos por todos através da internalização/externalização de habitus culturais.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD, Limoeiro possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/IDHM de 0,663, ocupando a 2828ª posição no Ranking Nacional em um total de 5.570 municípios. Um indicador próximo ao IDH do Estado de Pernambuco que, com 0,673, ocupa a 19ª posição do Ranking Nacional do Índice de Desenvolvimento Humano Estadual/IDHE. Conforme o Atlas Brasil 2013, a renda per capita é de R\$ 398,37, muito abaixo da nacional que é de R\$ 793,87. E há 42.265 pessoas alfabetizadas num total de 55.439 habitantes, ou de 76,23% da população.

Os dados acima revelam um cenário de precário desenvolvimento humano em Limoeiro, fator que talvez influencie nas possibilidades de inclusão digital ou, objetivamente, de aquisição das tecnologias de informação e comunicação. São dados quantitativos, colhidos e oferecidos de modo genérico e geral a partir de estudos panorâmicos e globais. De todo modo, foram estes dados que provocaram a construção do projeto de extensão aqui em discussão. No entanto, considerando a configuração específica dos jovens moradores em áreas rurais de Limoeiro, a ação de extensão se apresenta como um trabalho de conhecimento local, de valorização e aplicação dos saberes e competências desses jovens e de seus grupos sociais, de traduções, conforme propõe Santos [2006: 152], nas “perspectivas interculturais” que podem permitir “o reconhecimento da existência de sistemas de saberes plurais, alternativos à ciência moderna ou que com esta se articulam em novas configurações de conhecimentos”.

No que tange a habilidades e possibilidades de usos de tais tecnologias, o mais relevante são as oportunidades locais, ou não, de acesso, valorização, reconhecimento dos sujeitos que as utilizam pelo seu grupo social. Dessa forma, visando conhecer e interpretar as necessidades sociais de jovens dessa região, entende-se necessária a implantação de políticas de inclusão não apenas digital, mas também social. Políticas de inclusão devem ser construídas a partir das condições locais, das competências culturais, dos saberes e valores que, uma vez canalizados e praticados pelos jovens, permitirão a revalorização dos mesmos em seus grupos.

Para o Comitê Gestor da Internet no Brasil/CGI.br, “As disparidades regionais e socioeconômicas em relação ao acesso às TIC (...) requerem do governo políticas públicas efetivas (...) a partir de evidências e dados estatísticos sobre a infraestrutura tecnológica...” [TIC Domicílios e Empresas 2012. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013: 29]. Conforme o CGI.br o acesso às TIC parece ser condição necessária para a inclusão dos cidadãos, no que tange às sociedades contemporâneas, que no decorrer dos processos de globalização fizeram surgir uma nova cultura informatizada e conectada e novas formas de poder, que ocorrem através do acesso à informação, de modo rápido, imediato, em tempo real.

As tecnologias multimídia oferecem variadas possibilidades de informação e comunicação que se sobrepõem (linguagens, equipamentos, programas, interfaces) e que derivam em novas formas de organização social, configurando as chamadas sociedades da informação ou sociedades do conhecimento, conforme a ênfase que se deseje dar aos processos de crescente acessibilidade a conteúdos via tecnologias de informação e comunicação (TIC). As sociedades contemporâneas, de fato, dispõem e fazem usos, em escalas diversas, de renovadas tecnologias de informação e comunicação, inclusive vivenciando já uma popularização do digital. Hamelink [2005: 105-111], ao discutir a “dimensão tecnológica da interação” entre “sociedades e desenvolvimentos informacionais”, destaca os “efeitos nocivos” dos avanços tecnológicos e lembra que “Nas últimas décadas, a Comissão de Direitos Humanos e a Assembléia Geral da ONU têm atentado para o fato de que os avanços da tecnologia não geram somente benefícios, mas também podem prejudicar as pessoas.”. Conforme Hamelink [2005: 111], “Há consciência dos potenciais efeitos negativos das novas tecnologias sobre a integridade física e mental das pessoas (por meio de novas formas de testes pessoais e corporais); sobre a privacidade de seus lares e a confidencialidade de suas correspondências...”.

Em meio a uma proliferação de tecnologias nas sociedades atuais, as TIC caracterizam-se por formarem um conjunto de técnicas heterogêneas e em reorganização permanente, o qual se orienta pela possibilidade de prescindir da presença do indivíduo (ao menos de todos os envolvidos) para o estabelecimento de processos informativos e comunicativos. Na discussão sobre as sociedades contemporâneas em suas características e condições de troca e acumulação de dados de modo cada vez mais veloz e menos dispendioso, coloca-se – dentre tantas outras – a questão do conhecimento que se produz em um cenário preenchido de informações. Informações às quais se atribui um significado mercadológico.

As TIC podem ser vistas como resultado de questionamentos humanos na relação espaço/tempo. Brittes [2002: 12] pontua que “as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) permitem transcender às determinações ligadas ao espaço e ao tempo, uma vez que todos os pontos tornam-se equidistantes a partir de um satélite geoestacionário”. Essa transformação espaço-temporal vivida através dos usos de TIC se coloca em todas as esferas da vida contemporânea, tensionando, por exemplo, o sentimento e o sentido de pertença ao grupo para os jovens indivíduos moradores das áreas rurais de Limoeiro.

As tecnologias de comunicação e informação fazem do tempo o local para os grandes investimentos, sejam eles financeiros ou ideológicos. O tempo real permite inúmeras outras formas de atuação que independem de um espaço onde abrigá-lo. Pode-se comprar, vender, trocar, criar objetos e marcas via Internet sem chegar a possuí-los materialmente, sem pegá-los, transportá-los e armazená-los. As TIC estão na televisão, no rádio, no cinema, no computador pessoal, no telefone, na Internet e outros formatos de comunicação à distância, e também nos sistemas bancários-financeiros, médico-hospitalares, educacionais, científicos, aeroespaciais e – num futuro já presente – na interação multimídia dos eletrônicos residenciais.

Mais que isto, as TIC protagonizam o cenário de convergência tecnológica que associa imagem, som, texto, telefonia, gerenciamento de dados a distância. Nas TIC desenvolvem-se linguagens como a das mensagens de bate-papo na Internet ou dos torpedos nos celulares, em que a grafia segue lógica própria – sem acentos, abreviada;

ou a linguagem oral, a partir da digitalização da voz, como nos programas que monitoram deficientes visuais na digitação de textos e na navegação pela Internet; a linguagem tátil e a linguagem imagética – uso de ícones auto-explicativos. Sobre tudo isso, a interatividade proporcionada pelo computador, que faz dele o instrumento de comunicação e informação por excelência. “É importante notar que o computador só se tornou um veículo de comunicação quando se ligou a um monitor e um teclado. Só assim o computador passou a interagir com o usuário.” [Silveira, 2001: 11].

Comunicação, informação e suas tecnologias de mediação estariam também no centro de uma identidade digital em formação, em que novas funções e papéis sociais surgem, ressurgem, desaparecem, reescalando relações sociais e os sentidos de pertencimento social. Estamos diante de um contexto de mudanças estruturais na comunicação e na informação. Como indica Manuel Castells [1999: 39], essa mudança estrutural na informação e comunicação “começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável”.

Ou seja, os formatos tecnológicos de produzir e consumir informação e comunicação no mundo globalizado obedecem às lógicas da mercadoria, do capitalismo e do colonialismo opressores e dominadores, das diferenciações de poder manifestadas em desigualdades estruturais. É nesse contexto, portanto, que podemos pensar em processos de exclusão social a partir do acesso ou não a TIC. E, ainda mais relevante, considerar que mesmo com acesso a TIC, as formas e condições de cada ator social utilizar esses instrumentos são também motivo de preocupação e intervenção através de políticas públicas. Afinal, os usos de TIC se dão reproduzindo as lógicas de dominação ou produzindo novos meios de emancipação? Este seria, então, o desafio para a extensão universitária enquanto prática de traduções entre saberes diversos e de construção de conhecimentos, entre eles o digital, que acumulam e fazem convergir diferentes perspectivas e expectativas de mundo. Como fazer da extensão universitária um exercício de interculturalidade e pluralidade de conhecimentos? Conforme Santos [2010], através de uma ecologia de saberes que reúna as diversidades das práticas científicas com as diversidades de outros saberes, sem valorização ou predomínio de um sobre os outros.

A credibilidade da construção cognitiva mede-se pelo tipo de intervenção no mundo que proporciona, ajuda ou impede. Como a avaliação dessa intervenção combina sempre o cognitivo com o ético-político, a ecologia de saberes distingue a objectividade analítica da neutralidade ético-política. (SANTOS, 2010, p. 49)

Em meio a tais questões, encontramos os jovens dos sítios Jucá e Esperança, denominados como jovens rurais pela Prefeitura local, com dificuldades para se locomover até o centro da cidade, onde estudam, dependendo do precário transporte escolar público. O trajeto entre os sítios e o centro da cidade é de difícil locomoção, não há pavimentação, sinalização ou iluminação. A estrada de terra possui muitos buracos, inclinações e curvas fazendo os moradores depender de algum transporte particular (moto, carros, animais). Foram esses os jovens com quem trabalhamos durante o projeto, privados de direitos básicos como o de se locomover pelo município, e ainda sem escolas na localidade que atendam a sua faixa etária.

Com esses jovens almejamos a promoção da inclusão digital, por meio do uso das tecnologias de comunicação e informação, para que, assim, a comunidade, a partir dos jovens, se aproprie dos processos de cidadania ativa digital, defendendo e garantindo direitos e deveres igualitários em sociedade, aptos a utilizar as ferramentas tecnológicas que o mundo atual exige. Inclusão tem que ter por princípio a melhoria das condições de vida de uma dada comunidade. O maior objetivo do estudo das técnicas de vídeo, fotografia, radioweb, teatro, jornal-mural, blog e fotolog, rádio e televisão com jovens de áreas outsiders [Elias, Scotson, 2000], está em levá-los a avaliar e indagar informações, de modo a qualificarem-se pessoal, social e politicamente no sentido do desenvolvimento local. Passamos, então, a um debate que se quer mais aprofundado acerca de temporalidades e identidades presentes nas relações sociais que se estabelecem a partir de políticas públicas de inclusão digital de jovens rurais, enquanto ação de extensão universitária.

## **TEMPORALIDADES, PODERES, TRADUÇÕES**

Tempos diferentes. Esta percepção pontuou nossa experiência de inclusão digital com os jovens de Limoeiro, no semiárido brasileiro. Uma diversidade no uso e significação do tempo e no sentido temporal das ações entre a metrópole e o interior, entre o litoral e o semiárido e entre o urbano e o rural. Diversidade que vem mesmo de um ponto de vista diferente, dados os referenciais de partida e de chegada. As situações tempos-lugares da vida contemporânea carregam traços do pós-colonialismo, como vemos em Santos [2010], quais sejam: manutenção das formas de saber racionais e descrédito ao que delas difere; regulação para a desigualdade; perpetuação de uma visão binária sobre a realidade social que constrói os duplos rural/urbano, semiárido/litoral, incluído/excluído.

Temos, então, uma pluralidade de saberes e vivências que num mesmo tempo – o hoje – compõem os tempos presentes, passados e futuros de nossos jovens, e que nos desafiam a dar conta de transformações sociais que permitam superar as desigualdades sociais, tecnológicas, culturais. Tais desigualdades diferenciam lugares e poderes e provocam os tempos de cada indivíduo, na busca por condições de participação no imenso e ampliado tempo global, como também nas heranças locais. É nesse sentido que tratamos as dinâmicas de inclusão digital de jovens, a partir da experiência no Sítio Jucá em Limoeiro. Partimos da noção empírica de inclusão digital enquanto políticas públicas promovidas por entes governamentais, considerando tempos e lugares de onde saem as propostas e onde as mesmas são realizadas, na perspectiva de refletir sobre as imbricações entre resistências locais e proposições globais.

Juventude, ou o que se tem definido hoje que seja juventude, responde às conformações identitárias de nossas sociedades contemporâneas, assentadas sob a perspectiva dos direitos de cidadania e do alargamento das esferas de participação, ao menos no plano legal e jurídico. Nessas sociedades, os lugares sociais e políticos e os direitos deles advindos encontram-se em permanentes disputas, na busca por realização daquilo que a modernidade ofertou mas não concretizou: a existência do sujeito social que, conforme Hall [2011: 10-11], apareceu aos olhos iluministas como um “indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação”.

Nesse sentido, podemos entender política pública como uma forma possível de atuação racional do Estado moderno, o Estado de bem-estar social, em que as desigualdades econômicas entre os cidadãos de um determinado Estado-nação, dadas pelos processos produtivos de cunho capitalista, são minimizadas por ações compensatórias do Estado, fundadas nos direitos de cidadania. Marshall [1967: 76] afirma que a questão central dos direitos está nas possibilidades que trazem de ampliação da cidadania, que entende como “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade.”. As políticas públicas agiriam com instrumentos de ampliação da cidadania, respondendo ao que o autor classifica como sentimento de injustiça decorrente de condições desiguais de acesso a bens sociais.

É preciso não esquecer, no entanto, que tais equacionamentos promovidos pelo Estado de Direito e de bem-estar social fundam-se numa estrutura social que se estabelece por meio de mecanismos de controle social do indivíduo, como a socialização, as maneiras civilizadas, a aprendizagem formal, a linguagem, a partir dos quais se desenvolve uma vontade de impotência [Santos, 2006]. Ou seja, a formação, como traço cultural, de um habitus de delegar decisões de largo alcance e coletivas para o Estado e suas instituições, incluídas as formas de compensação socioeconômicas.

No entanto, cabe questionar: De que forma tal compensação aponta para a transformação das relações sociais em seus aspectos opressor e regulador, conforme herdamos com a formação moderna do Estado-nação e, em seu desdobramento, as práticas coloniais? Ou, em outras palavras, como o exercício dos direitos de cidadania realizado por meio de políticas públicas colabora para uma transformação social emancipadora [Santos, 2006] por aqueles grupos injustiçados no jogo de poder capitalista?

No Brasil, políticas públicas resultam de negociações entre forças sociais que nem sempre têm como meta compensar, de fato, grupos ou indivíduos privados das benesses sociais e econômicas. De acordo com a estrutura governamental brasileira, disponível em [www.brasil.gov.br/governo/2009/11/organizacao-do-governo](http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/organizacao-do-governo), a implantação de políticas públicas é da alçada do poder executivo, através de seus ministérios, secretarias e outros órgãos, que devem seguir o princípio constitucional “da participação social como forma de afirmação da democracia”. Postula-se, no referido documento, que “Ao construir espaços capazes de incorporar as pautas e os interesses dos mais diversos setores da sociedade na elaboração das políticas públicas, as secretarias estimulam o compartilhamento das responsabilidades entre Estado e sociedade.”.

Diante do exposto, poderíamos considerar que as políticas públicas brasileiras respondem aos anseios de sua sociedade, atendendo demandas, necessidades e expectativas dos grupos sociais. No entanto, quando focamos as políticas públicas, não é o que aparece. Na questão específica da inclusão digital, desenvolvida a partir do Ministério das Comunicações e de um conjunto de ministérios liderados pela pasta da Educação, percebemos já nas propostas a ausência “dos mais diversos setores da sociedade”, conforme citado acima. Não há presença dos jovens, não há conhecimento sobre as expectativas desses jovens, não há distinção entre jovens, idosos, deficientes, mas apenas sua nomeação como grupos abstratos e carentes (impotentes) de políticas públicas compensatórias.

Não há, ainda, conhecimento prático sobre as condições de aplicabilidade de uma política pública de inclusão digital. E não há, sequer, fundamento para uma política de inclusão digital que venha dos grupos sociais, a partir de sua busca por transformação e emancipação. Tais políticas públicas são, de fato, instrumentos reguladores, que sustentam e, muitas vezes, fazem crescer as desigualdades deixadas pelas experiências da colonização e da pós-colonização. Uma colonização que persiste e aparece nas relações sociais e culturais, tornando invisíveis saberes, vivências, práticas, necessidades, competências. Relações sociais e culturais que, para além das compensações acadêmicas promovidas por políticas públicas, mantêm-se e mantêm as estruturas de desigualdade e de diferenciação de poder entre grupos sociais interdependentes, como aquele dos jovens rurais, o da academia e o dos produtores de políticas públicas. Isso ocorre particularmente na construção/validação de conhecimentos, questão central, porém muitas vezes marginalizada, no debate sobre inclusão digital.

Temos, então, que a política de inclusão digital é tratada como ação extensionista das Universidades Federais, mas as referidas Universidades não participam do processo de construção da política pública. Entram em concorrência mediante edital público e recebem uma verba para execução do projeto, quando aprovado. E não há mais qualquer diálogo entre a instituição acadêmica e o órgão gestor da política pública.

Aqui começam a aparecer elementos que apontam para a dimensão temporal como lócus de análise social: entre o momento em que a política pública é construída (tempo de poder determinar/futuro-passado), o momento de ação das Universidades (tempo de poder agir/passado-presente) e o momento de usufruir a política pública pelos jovens (tempo de poder acessar e vivenciar/presente-futuro) há verdadeiros fossos ou hiatos impossíveis de serem preenchidos se não passamos a uma revisão e redistribuição dos tempos de poder nos quais cada grupo se encontra e se reconhece e daqueles em que coloca os outros grupos. Os diálogos, ou traduções entre as diversas formas e tempos de conhecimento e percepção de mundo, acolhem e significam o desconhecido e o diferente, não para enquadrar em modelos pré-determinados. Em Santos [2006: 123] “A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis”. No entanto, como fazer da ação extensionista uma prática de tradução dada a distância autoritária e reguladora entre os tempos em que cada ator social chega à política pública?

Tal incompatibilidade temporal, prevista e conduzida pelas práticas sistêmicas e sociais pós-colonialistas de regulação e dominação, estressa o tempo presente, simultaneamente alargando-o e comprimindo-o, engessando os sujeitos e retirando a autonomia de suas ações. Dessa forma, a inclusão digital enquanto política pública silencia e aliena, conforme perspectiva aberta por Santos [2006: 100-101], uma vez que ao sobrepor os ideais da produtividade e da legalidade soterra diversidades e criatividade, o que leva a uma relação de temporalidade em que “a contracção do presente esconde, assim, a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo”.

O Quadro 1 apresenta, de modo sintético, os tempos-lugares do pós-colonialismo que percebemos na experiência de inclusão digital em Limoeiro, e vimos discutindo aqui quanto à realização de políticas públicas no Brasil. Os carismas e estigmas que representam o Estado, os jovens e a Universidade levam a compreensões dos outros e de si fechadas e totalizadas, apesar de incompletas, que impõem, por exemplo, ao

jovem o lugar de carente e à Universidade o papel de executora. E a todos a desconexão entre os tempos presente, passado e futuro, que empobrece a experiência de cada um. Conforme Santos [2006],

A contracção do presente esconde, assim, a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo. Benjamin identificou o problema mas não as suas causas. A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar. [SANTOS, 2006: 101].

Quadro 1 – Temporalidades como reguladoras na produção de políticas públicas.

Tempos-lugares do pós-colonialismo [a partir de Santos, 2006]	Políticas públicas		
	Estado (órgãos de governo)	Jovens rurais (em Limoeiro)	Universidade (ação extensionista)
a. Manutenção do saber racional como central e exclusivo	Produtor e promotor	Receptáculos	Executora
b. Regulação para a desigualdade	Controle social do indivíduo	Vontade de impotência [Santos, 2006]	Burocracia e juridismo
c. Perpetuação de visão binária (duplos)	Inclusão como exclusão	Carentes e ausentes Estigmas	Silêncios que sustentam carismas
d. Diferenciações de poder no uso do tempo	Determinista no tempo futuro/passado	Vivencial no tempo presente/futuro	Atuacional no tempo passado/presente

É possível vislumbrar numa inclusão com essa estrutura qualquer elemento emancipatório? Nem a Universidade, como instituição, nem seu corpo docente, nem seus discentes, nem aqueles que recebem a ação de extensão universitária têm um envolvimento suficiente e uma capacidade sistêmica (porque o sistema foi organizado de modo a não o permitir) para protagonizar mudanças nem para produzir novos conhecimentos ou consolidá-los. A fragmentação das ações, programas e projetos em etapas e instituições que não se vêem, não dialogam e não co-laboram é, portanto, uma das formas de fazer das políticas públicas um agente regulador dos indivíduos e grupos sociais.

O que há, de fato, é um grande número de atores sociais, com acesso a recursos materiais e tecnológicos, perdidos diante da complexidade de demandas e expectativas individuais abertas pela lógica racional e individualista da Modernidade e pelos jogos de desigualdade e de colonização que regem as estruturas capitalistas modernas (silenciamentos, ausências, ignorâncias/incompreensões). Ao final, envolvemo-nos todos nos tempos miúdos das burocracias e procedimentos contábeis, jurídicos e administrativos. Deixamos escapar oportunidades de ampliação dos tempos de criação, interação, descobertas, reciprocidades. Enquanto não praticarmos a tradução sem pré-conceitos e com emoção, continuaremos reproduzindo nas microrrelações as lógicas das macrorrelações e desenhando identidades sociais marcadas pelas relações

pós-coloniais.

## IDENTIDADES PERIFÉRICAS, AUSÊNCIAS NOS TEMPOS E LUGARES PÓS-COLONIAIS

“Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos.” [Hall, 1992: 71]. Na compreensão das identidades a partir de suas representações temporais e geográficas, temos o debate tanto social como sociológico sobre o que é o jovem e qual a identidade de jovem. Afirmamos em outro momento [Spenillo, 2013: 19-20] que “Ser jovem, portanto, é uma determinação social, seja por força de Leis, de habitus, de acordos em torno de direitos e deveres, de negociações culturais e cotidianas, de ideologias e enfrentamentos”. Soma-se, entretanto, ao espaço e ao tempo, na construção das identidades, as particularidades locais e suas imbricações com as questões hegemônicas globais. No que se refere a jovens moradores de áreas rurais no Brasil globalizado, vislumbramos aquilo que Santos [2010: 104] classifica de ausências ou “formas sociais de não-existência”.

Na experiência aqui em análise, trabalhamos com jovens entre 13 e 17 anos, em séries escolares diferentes, numa proposta de oficinas participativas. A proposta metodológica foi o construtivismo e a experimentação, sem preocupação de cumprir estritamente conteúdos programáticos e com bastante atenção quanto à participação efetiva dos jovens. Seguiu-se uma metodologia de ação espelhada na pesquisa-ação e em cada módulo havia um tema que referia o jovem e seus contextos de vida, ou a figuração social em que cada jovem se encontra.

No módulo de fotografia, por exemplo, o tema foi trabalho e educação, para o qual, com a utilização de ferramentas das TIC tentou-se chamar atenção das e dos jovens sobre suas ideias acerca do tema e sua visão do trabalho no meio urbano e no meio rural. O objetivo era explorar sonhos e perspectivas de futuro. A oficina foi iniciada com a apresentação dos oficineiros e realização de dinâmicas para aquecimento e envolvimento de cada um. Logo após, foi sugerida a primeira atividade, em que as e os jovens ficaram dispostos em três grupos e fotografaram a si próprios (“self”), focando partes do corpo, como vê-se na Foto 02. A partir da atividade prática, então, foi apresentado em slides um breve relato sobre a fotografia e sua evolução. Por fim as e os jovens ficaram à vontade para que fotografassem o que desejassem.



Foto 02. Atividade de self da oficina de fotografia.  
Crédito: Jovens do Projeto.

Cada oficina ocorreu em ao menos dois dias, aos sábados, de modo a que jovens e oficineiros tivessem um intervalo para refletir e reagir aos acontecimentos do primeiro encontro e pudessem externá-los no seguinte. Num coletivo, a sensação de participação é gratificante quando se pode expressar ideias e compartilhá-las. Nesse sentido, na segunda etapa da oficina de fotografia, meninas e meninos relataram o que percebiam de recortes de revista que fizeram previamente. Embora o instrumento didático fosse condizente com o objetivo da atividade, recorreu-se, ainda, a outra estratégia mais subjetiva e sutil para o envolvimento do grupo. A participação foi provocada com o

relato pessoal das oficinas sobre fotos pessoais que levaram com o intuito de criar um clima de curiosidade e engajamento.

Quanto aos relatos das e dos jovens, alguns foram bastante emocionados, com lágrima nos olhos, outros engraçados, alguns tímidos, mas todos passaram o que sentiam e isto demonstra a importância do papel do extensionista e da extensão universitária. Talvez o segredo da oficina de fotografia seja o encantamento entre extensionistas da Universidade e jovens de Limoeiro. Tal encantamento se revelou no engajamento dos atores envolvidos na ação de extensão, em que cada passo foi detalhadamente pensado não apenas com habilidade e técnicas, mas sobretudo com entusiasmo e carinho.

Todas as oficinas foram trabalhadas numa perspectiva crítica ao modelo sistêmico, na tentativa de praticar, dentre outras, a proposta da tradução de Santos [2010: 123-124], entendida enquanto “procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo [...] Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea.”. No entanto, alguns momentos chegaram a ficar tensos de tão impactantes que foram as relações desses jovens com os oficinairos, membros da academia, por mais que se objetivasse uma relação de igualdade e parceria na construção de conhecimentos autônomos e criativos.

Um marco exemplar para o debate sobre as temporalidades diversas sufocadas pela lógica reguladora foi a dinâmica de programa de rádio, em que o microfone foi franqueado aos jovens dos Sítios, numa sala sem outro público exceto os oficinairos, e estes jovens ficaram intimidados e bloquearam. Não falaram no microfone! Esta já era a sexta oficina, vinha-se trabalhando em conjunto por mais de dez ocasiões, inclusive com uma oficina de teatro, e não houve jovem que aceitasse falar ao microfone.

O microfone se impôs como representante do discurso hegemônico e paralisou o grupo e cada indivíduo dentro dele, por se reconhecerem como não alinhados na linguagem, nos conteúdos, no ser escutado (estigmas) por outros que vinham de fora e tinham acesso aos discursos dominantes (carismas). Conforme Elias e Scotson [2000] carismas e stigmas são construídos e negociados nos grupos sociais e legitimam a retenção de poderes e os jogos de dominação estabelecidos nas dinâmicas culturais e sociais. Formam e forjam identidades.

A situação em questão, no entanto, extrapola o grupo local e aponta para suas relações com o global, com o poder sistêmico das corporações de mídias que circulam informações em larga escala e do Estado enquanto legítimos locutores e detentores da palavra. Carismáticos são os que falam na televisão e nas rádios. Estigmatizados os ouvintes e telespectadores, que silenciam e aceitam, como se não tivessem experiências e conhecimentos para narrar. É, de fato, uma outra configuração, que se faz nas relações entre local e global e, muitas vezes, se sobrepõe à configuração local, reconfigurando-a.

Este exemplo mostra o gradiente de invisibilidade ou ausência que se concentra sobre jovens de meios rurais, cuja identidade não comporta a articulação de um discurso digno de ser anunciado em alto som num microfone. Para Santos [2010: 104] “A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício da experiência.”. A partir daí pode-se questionar a qualidade e a profundidade das políticas públicas de inclusão digital enquanto

elementos de um sistema regulador e opressor.

Na busca por romper com essa continuidade histórica de regulação e opressão, fizemos oficinas intuitivas e construtivistas, procurando levar os jovens ao conceito concreto do que é fazer comunicação em suas diversas nuances, visando promover os conhecimentos desses jovens como epistemologias possíveis, nem melhores nem piores, apenas válidas. Dessa forma imaginamos avançar na ruptura com os modelos contemporâneos de conhecimento que dão aos outsiders (os que estão no semiárido brasileiro, por exemplo) um lugar ausente na lógica do sistema-mundo, uma identidade frágil, estigmatizada como atrasada e, portanto, pouco valorizada, e fazem de seus modos de vida, suas competências, visões de mundo e seus discursos algo sem expressividade e importância, sem um carisma que se sobressaia no persistente capitalismo globalizado de práticas centralizadoras e opressoras.

## INTERPRETANDO AS ATIVIDADES DE INCLUSÃO DIGITAL

Como interpretar, então, no sentido da relativização dos conhecimentos enquanto sistemas de significações, conforme colocado por Clifford Geertz (1997), a experiência de ação extensionista para inclusão digital de jovens moradores de áreas rurais? Partimos da perspectiva das diferenciações de poder estabelecidas em nossas sociedades contemporâneas para compreendermos as temporalidades distintas, as identidades ausentes, os não-lugares sociais e políticos que constituem e dão a tônica das dinâmicas e das inter-relações sociais. Tivemos como meta a formação cidadã dos jovens de Limoeiro e, também, na mesma medida, a formação dos graduandos enquanto extensionistas e educadores sociais. As oficinas foram construídas coletiva e processualmente, permitindo aos oficinairos tentar, refletir, ousar, arriscar metodologias e métodos. Não é um formato eficaz no sentido capitalista do termo, mas bastante interessante no caminho da emancipação social.

Afinal, o que é inclusão digital? Em uma palavra, fazer política pública de inclusão digital é trabalhar identidades. Como? Reconfigurando o status, a compreensão, a percepção desses jovens sobre as tecnologias e os meios de comunicação e informação. Seria, principalmente, levá-los a tomar consciência de sua habilidade comunicativa e de suas possibilidades de atuação comunitária a partir do uso de recursos de comunicação e informação locais. As propostas do projeto garantiriam a inclusão digital desses jovens? Não! Inclusão demanda continuidade, o que não se consegue com um projeto de 20 meses de duração e financiamento pré-determinado. O objetivo de uma política pública de inclusão digital deve ser o de levar o sujeito a se perceber comunicador – o que se almejou na experiência de cobertura jornalística em evento local, demonstrado na Foto 03. Retirá-lo da zona confortável de receptor e colocá-lo na difícil e árdua condição de comunicador. Ir além do acesso aos meios, formando e consolidando vozes e consciências sociais e culturais para o uso dos recursos digitais.



Foto 03. Cobertura Jornalística feita pelos jovens no evento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania sobre erradicação do trabalho infantil. Crédito: Aline Bomfim

Como esperado, este objetivo foi atendido parcialmente. Além do tempo determinado do projeto e das dificuldades da Universidade para executar tal ação extensionista, outro elemento fundamental para isso foi o tempo disponível das e dos jovens para as atividades. E, ainda, a disponibilidade desses jovens que, estando aos sábados no espaço das oficinas, demonstravam medo e desconforto. Infelizmente é esse o mundo silenciado pelos meios massivos e pelos discursos dominantes das propagandas, dos telejornais, dos portais web. Os jovens dos sítios de Limoeiro, como as pessoas em geral nas sociedades contemporâneas, não esperam ter que tomar alguma iniciativa de comunicação ou informação além de apertar botões. E, se o fazem, serão comparadas ao padrão tecnológico global e consideradas incompetentes.

Da experiência aqui apresentada e discutida fica a sensação de que contribuímos para diminuir a mágica por trás das transmissões massivas e tecnológicas de informação. De modo freiriano, acreditamos que é possível estabelecer um pouco de conhecimento crítico sobre o conhecimento mágico em que se coloca o receber informação no mundo de hoje. As oficinas cumpriram os objetivos do projeto, estritamente quanto às expectativas sobre um projeto a ser desenvolvido em 20 meses, nos quais precisamos ainda criar condições de trabalho e sensibilizar todas as instâncias, desde a Universidade até os próprios jovens. Mas não cumpriu com a idéia de continuidade que viria a partir do blog e consolidaria o protagonismo juvenil local.

Faltou, entretanto, circular muito mais pelas comunidades com os jovens (termos nos perdido por lá, no sentido benjaminiano) e levado-los a observar seu lugar, suas qualidades, seus valores, para que percebam que têm o que narrar a partir do local e da figuração em que vivem. Ainda assim, a experiência foi valiosa, mesmo considerando que objetivamente tivemos pouca resposta ao trabalho, uma vez que o blog apesar de criado não ficou sendo utilizado pelos jovens, justamente por não haver conectividade internet nos sítios de moradia.

Uma resposta que transcende o projeto, em relevância social e na perspectiva de um outro mundo possível, é a da participação, ou seja, alguém (os jovens) aceita a idéia de um outro alguém (osicineiros) e investe nela. Isso é muito interesse e ficou evidente no dia de apresentação das atividades como conclusão das oficinas. Outra resposta, vinda do silêncio, nos parece uma crítica à proposta que levamos que, afinal de contas serve de ocupação do tempo, serve para recolocação deles na comunidade, mas não muda a vida deles. Ou seja, as expectativas existem. No entanto, parece que não há uma objetivação dessas expectativas (eles não sabem o que querem nem como chegar onde querem) e não há romantização sobre as condições de vida, no sentido de que algo fará com que a vida deles mude.

As oficinas iniciadas em 23 de fevereiro de 2013, no Sítio Jucá, envolvendo jovens das comunidades Duas Pedras e Fazenda Jucá, foram concluídas em 15 de junho de 2013, num total de 15 encontros. Realizamos na seguinte ordem as oficinas e atividades lúdico-didáticas: iniciação à comunicação, jornal mural, blog 1, animação, fotografia, vídeo, teatro, rádio, visita à rádio FM local, reunião de pauta, cobertura de evento na cidade de Limoeiro, blog 2, montagem de um blog com os jovens locais. Dos 26 jovens presentes no primeiro encontro, 15 cumpriram a carga horária e chegaram a receber declaração de conclusão do Curso.

A vivência desse projeto em Limoeiro foi uma oportunidade única para refinarmos olhares e conhecermos alguns dos jovens do município, observá-los a partir da nossa visão e para além das generalidades e padrões do discurso massivo. Chegar a um novo local é sempre uma experiência interessante, e conhecê-lo implica registrar objetos e paisagens que chamam a atenção, andar pelas ruas, observar hábitos locais, olhar o comércio e deslumbrar-se com a paisagem, mesmo quando se está em uma época de bastante seca. A experiência foi também uma oportunidade para se perceber as possibilidades analógicas que o mundo digital e informatizado ainda esconde. Na sessão de encerramento da turma, registramos a realização de um grande sonho: fazer comunicação comunitária com jovens pode ser o começo de um outro mundo possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual sentido da transformação social? Para que incluir jovens digitalmente? O que estas políticas públicas vêm permitindo transformar na vida da juventude que mora em regiões do semiárido brasileiro e em áreas rurais? Protagonismo? Perspectivas? Direitos? Deveres? Cidadania? Consumo? A Organização das Nações Unidas publicou, em 2013, em seu sítio na internet, a notícia “Políticas Públicas devem ser voltadas para felicidade e bem-estar”, com o texto: “A Assembleia Geral da ONU adotou na terça-feira (19/07) uma resolução para que os governos dêem mais importância à felicidade e ao bem-estar na elaboração de políticas públicas”. O que isto nos diz ou como recoloca a questão das políticas públicas?

Desenvolver políticas públicas para juventude pode vir a ser a contramão da regulação e da dominação, se tomarmos como partida e chegada o estado de bem-estar emocional associado ao bem-estar material que até aqui legitimou as decisões do Estado de Direito moderno e do capital em suas relações coloniais e pós-coloniais. De tal forma será possível atuar para a emancipação de jovens quanto ao uso de linguagens como vídeo, fotografia, radioweb, jornal-mural, blog e fotolog, radio e televisão, de modo a se habilitem a produzir instrumentos digitais de cidadania, como petições, mobilizações, participação em organizações e espaços virtuais de discussão, de modo crítico e criativo. Apenas assim oportunizaremos, enquanto agentes de extensão universitária, autonomia, felicidade e bem-estar aos jovens, envolvendo-os na produção de alternativas de trabalho e de atuação cidadã a partir de tecnologias de comunicação e informação. E, apenas assim, pode-se fomentar o desenvolvimento local de novos conhecimentos, não colonizados, não estigmatizados e não dominados pelos padrões capitalistas globais, mas sim por expectativas coletivas de uma felicidade não medida em bens materiais.

## REFERÊNCIAS

**ARTICULAÇÃO Semiárido Brasileiro.** Disponível em: <[www.asabrazil.org.br/Portal/](http://www.asabrazil.org.br/Portal/)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

**ATLAS Brasil 2013. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

**BRASIL.** Governo Federal. Portal Brasil. Disponível em: <[www.brasil.gov.br/governo/2009/11/organizacao-do-governo](http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/organizacao-do-governo)>. Publicado em: 31 out. 2009.

BRITTES, Juçara, Prefácio. In: PERUZZO, Cicilia; BRITTES, Juçara, 2002. **Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão?** São Paulo: s/ed., 2002. p. 11-15. (Coleção Intercom de Comunicação, n. 14).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (Volume 1).

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

CENSO 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15 maio 2014.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOOGLE. **Dados cartográficos 2014**. Disponível em: <[www.googlemaps.com](http://www.googlemaps.com)>. Acesso em: 15 maio 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HAMELINK, Cees. Direitos humanos para a sociedade da informação. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano. **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, J.Zahar, 1967.

ONU Brasil. Organização das Nações Unidas. **Políticas Públicas devem ser voltadas para felicidade e bem-estar**. Disponível em: <[www.onu.org.br/politicas-publicas-devem-ser-voltadas-para-felicidade-e-bem-estar](http://www.onu.org.br/politicas-publicas-devem-ser-voltadas-para-felicidade-e-bem-estar)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

RANKING IDHE 2010. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <[www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

RANKING IDHM 2010. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <[www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Exclusão digital. **A miséria na era da informação**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

SPENILLO, Giuseppa M. D. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Juventudes e modos de vida no semiárido pernambucano**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2013. p. 13-22.

#### **COMO CITAR ESTE ARTIGO:**

SPENILLO, Giuseppa Maria Daniel; SILVA, Vanessa Maria Santiago da; BOMFIM, Aline de Oliveira; SILVA, Eliane Maria Araujo da. **Juventudes e Políticas Públicas: temporalidades e identidades percebidas a partir de uma experiência de extensão universitária para inclusão digital**. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 2, n. 2, p. 127-144, jul./dez. 2014. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 4 abr. 2014.

Aceito em: 6 out. 2014.